

✓ (pag. 29)

SEARA NOVA



JULHO 1977 N.º 1581



- AS UNIVERSIDADES QUE TEMOS
E AS UNIVERSIDADES QUE NECESSITAMOS
- SALÁRIOS E PREÇOS
- IMPRESSÕES SOBRE O CINEMA CLÁSSICO AMERICANO

Quem é o Responsável pelo Aumento de Preços?

Carlos Pimenta

Seara Nova, Julho 1977, Nº 1581

Construído a partir do OCR do texto original

Não foram colocados os itálicos originais

INTRODUÇÃO

1. Durante longos séculos da humanidade pensava-se que a Terra era o centro do Universo, que o Sol girava à sua volta, enquanto esta se mantinha inamovível.

Apesar de alguns filósofos da antiguidade clássica já tenderem a revelar a falsidade de tal teoria ela constituía lei, consagrada, quando oportuno, pelo terror da «Santa Inquisição», pelo sangue daqueles que procuravam combater os ditames de tais «factos».

Hoje as crianças aprendem logo nas primeiras letras que é a Terra que gira à volta do Sol. Ninguém tem dúvidas de tal facto.

Porquê tinha tanta aceitação uma teoria que hoje todos reconhecem errada? Porque ela correspondia à observação imediata dos factos, exprimia o que aparentava ser a realidade. Correspondia à fase da compreensão espontânea dos fenómenos.

Porque esse erro científico foi defendido tão ditatorialmente, proibindo-se os livros de quem dizia a verdade, ameaçando-se com a morte na fogueira os autores das investigações científicas? Porque a realidade punha em causa o prestígio de uma instituição dominante, minava o poder das classes dominantes.

Ora é exactamente isto que se passa actualmente, talvez com menos clareza, em torno do debate sobre a influência recíproca de salários e preços.

Há longos anos que ouvimos dizer que o aumento dos preços, a inflação – o que não é a mesma coisa – são consequência dos aumentos salariais, do espírito reivindicativo dos trabalhadores. Estas afirmações continuam a ser feitas e continuarão a sê-lo enquanto houver capitalismo.

Contudo essa afirmação correspondo ao que parece ser e não ao que é de facto. Essas «teorias» não interpretam a realidade, mistificam-na. Mistificam-

na ao serviço das classes dominantes que dessa forma encobrem a exploração, a origem dos seus lucros, encontram justificação para as medidas repressivas contra as classes trabalhadoras. Por isso a difusão proliferante nos meios de informação burgueses.

Essa teoria é falsa!

É necessário repor a verdade dos factos!

2. Procuraremos nestas breves notas analisar de forma genérica as relações entre preços e salários, aflorando a dinâmica de cada uma das componentes;

Tentaremos ver este problema de uma forma científica, isto é, de acordo com o que é e não com o que parece ser.

3. Antes, contudo, de entrarmos propriamente na análise, gostaríamos de mostrar as incongruências internas da própria teoria do «ciclo infernal de salários e preços». Essa teoria reaccionária e mistificadora pode sintetizar-se da seguinte forma:

- a) As variações de preços são decididas pelos empresários
- b) Quando os salários aumentam acontece o mesmo com os custos de produção (que já inclui o chamado «lucro normal») e, consequentemente, com os preços
- c) O aumento de preços leva os trabalhadores a reivindicarem aumento de salários
- d) Volta a b)

Temos pois um ciclo «infernal» que segundo os seus teóricos se expressa da seguinte forma:

«aumento-salários» – «aumento de preços» –
«aumento de- salários»- ...

Posto desta forma os responsáveis são os trabalhadores.

Mas que dizer se apresentarmos o mesmo «ciclo Infernal» da seguinte forma:

«aumento de preços» – «aumento de salários» –
«aumento de preços» – ...?

Neste caso o motor do ciclo passa a ser o aumento de preços e a responsabilidade da inflação passaria a ser dos empresários.

Quer dizer, perante o chamado ciclo infernal, atribuir a responsabilidade a algum dos intervenientes é o mesmo que responder à pergunta: o que apareceu primeiro, o ovo ou a galinha?

Mas nem tudo é negativo. Desta pseudo teoria ressalta um aspecto que ela própria não gostaria de revelar: há uma contradição fundamental de interesses entre capitalistas – procurando o lucro máximo possível – e os trabalhadores assalariados – procurando um nível de vida digno.

4. Analisar esta teoria mais em pormenor levar-nos-ia muito longe. Exigiria combater em detalhe todo o pensamento económico neoclássico que, embora arrastando-se até aos dias de hoje, encontra-se numa fase pré-científica.

Preferimos expor desde logo uma análise correcta. Mas não podemos deixar de referir que a visão mecanicista de «aumento de salários» – «aumento de preços» -... – «inflação», nem nessas teorias burguesas encontram uma justificação séria. Se um tal ciclo, para essas teorias neoclássicas, seria justificável para um período curto em que não é possível alterar a chamada combinação dos factores produtivos, já não o seria para o período longo em que o empresário pode alterar o «capital fixo». A inflação, sendo um, fenómeno que se prolonga, evolutivamente ao longo de vários anos não pode ser justificado com análises que têm validade apenas para pequenos períodos.

A teoria do «ciclo infernal» não passa de uma fórmula de propaganda, de engano dos trabalhadores.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS PREÇOS

5. Começemos por algumas considerações gerais para posteriormente vermos alguns pormenores. Para tal tomemos um exemplo: Pedro, que era tecelão, ficou desempregado. Ao fim de algum tempo conseguiu novamente encontrar uma fábrica onde começou a trabalhar na sua especialidade.

Nessa nova fábrica trabalhava durante oito horas e produzia 100 metros de tecido que é depois vendido a 50\$/metro. O seu salário é 180\$ diários.

O exemplo anterior, a experiência quotidiana, mostra que o preço surge quando uma mercadoria é vendida, quando entra, como se costuma dizer, no mercado. Essa ligação ao mercado é tão perceptível que parece que os preços são fixados no mercado, o que tem alguma verdade, e que aí encontra todas as determinantes fundamentais.

Mas será mesmo assim?

Comece-se por reparar que uma mercadoria para ser vendida tem de ser previamente produzida. Por outras palavras, a produção é prioritária em relação à distribuição. Esta está condicionada por aquela. Este fenómeno não se dá apenas para um produto isolado, como no exemplo. É uma realidade histórica: ainda os homens não comerciavam ou não o faziam sistematicamente e já produziam.

A produção determina a distribuição. Desta prioridade lógica e histórica da produção em relação à distribuição leva a uma conclusão de uma grande importância: os preços, podendo ser influenciados por factores do distribuição, são determinados pelos de produção. É aqui que se tem de encontrar a explicação dos preços.

6. Mas, afinal, o que é o preço?

Para já, pode-se dizer que é a quantidade de dinheiro por que se troca uma mercadoria. Se o preço do tecido é 50\$/metro, isso significa que no processo de circulação um metro de tecido é trocado por uma quantidade de dinheiro que se designa por 50\$00. Mas o dinheiro nesta função de meio de circulação é um mero intermediário de mercadorias.

Voltemos ao caso anterior. Suponhamos que o industrial vendia 100 metros a 50\$. Obtinha em dinheiro 5000\$. Com este dinheiro ele iria comprar outras mercadorias, fio de algodão, por exemplo, se o empregar na produção, ou um rádio, se o utilizar no consumo. Temos então o seguinte ciclo:

100 m tecido – 5000\$00 – 1 rádio.

O dinheiro aparece como mero intermediário entre bens produzidos, processa-se relação entre

100 m tecido – 1 rádio

isto é, entre duas mercadorias.

A base do preço igual de 100 m tecido e do rádio é a capacidade de se trocarem entre si e, para isto acontecer é necessário que tenham algo de comum,

que sejam iguais a uma terceira grandeza.

Este aspecto comum não pode ser certamente encontrado nas suas qualidades físicas e nas necessidades que satisfazem aos seus possuidores, isto é, nos valores de uso de cada uma das mercadorias, porque, de facto, são totalmente diferentes.

O seu aspecto comum, aquilo que os torna susceptíveis de troca é ambos serem produtos do trabalho humano.

7. Há, eventualmente, quem argumente, que isto não é bem assim, que na produção entram outros «factores» sem serem o trabalho, tais como a natureza (por exemplo, nas indústrias extractivas), as matérias-primas e as máquinas.

Contudo isso situa-se ainda no reino das aparências:

- as matérias-primas são o resultado de uma determinada quantidade de trabalho humano
- as máquinas também
- a natureza só passa a ter interesse económico e preço quando o homem intervém.

Quando se fala em quantidade de trabalho, tanto se inclui o trabalho vivo do operário como o trabalho morto, isto é, a quantidade de trabalho cristalizado nas matérias-primas utilizadas e na parte de desgaste das máquinas e equipamentos.

8. Voltemos ao facto de uma mercadoria ser produto do trabalho humano. Isso faz com que essa mercadoria além de ser valor de uso seja valor, quantificável em quantidade de trabalho que, num determinado desenvolvimento social, é medido segundo o socialmente normal: no exemplo anterior, o valor do tecido produzido não depende da quantidade de trabalho (medida, por exemplo, em horas) do Pedro – que pode ser mais apto que a generalidade, trabalhar com máquinas mais antigas, etc. – mas a média de tempo necessário para produzir a mesma quantidade de tecido a todos os trabalhadores que laboram nas secções de tecelagem (trabalhador colectivo) do país (ou países).

O valor é quantificável pela quantidade de trabalho socialmente necessário à sua produção.

9. Poderíamos sintetizar o afirmado nos últimos pontos da seguinte forma:

- a) Uma mercadoria é

- valor de uso: conjunto de características físico-químicas que permitem a satisfação de determinadas necessidades

- valor: cristalização do trabalho humano.

- b) A quantidade de valor é a quantidade de trabalho socialmente necessária à sua produção.

- c) O preço é a quantidade de valor expressa em dinheiro.

10. Do exposto resulta imediatamente a seguinte conclusão: os preços dependem do valor (essencial) e do dinheiro.

Por sua vez o valor depende da quantidade de trabalho (número de horas) o que não tem nada a ver com os salários.

O que interessa para o valor do tecido, por exemplo, é que os tecelões e restantes trabalhadores que os coadjuvam necessitam 8h, 9h, 10h... 20h para produzirem uma determinada quantidade de tecido, não interessando o salário.

11. Numa apreciação global temos, pois, que os preços não são determinados pelos salários, pelo que, para o conjunto da economia, não se pode justificar, da forma nenhuma, um aumento daqueles por um aumento dos salários.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS SALÁRIOS

12. Continuemos a servir-nos do exemplo anterior. Quando Pedro anda à procura de emprego, que faz do ponto de vista económico? Anda a tentar vender as suas capacidades físicas e mentais, as suas aptidões que, quando utilizadas, permitem a produção de tecido. Cada capitalista é um comprador potencial.

Estamos pois perante uma venda e compra de uma mercadoria. A capacidade de trabalho (força de trabalho) é uma mercadoria.

13. Poderia parecer que Pedro vendia o trabalho, mas não corresponde à realidade. O trabalho só surge posteriormente, quando já está empregado, quando aplica as suas capacidades físicas e intelectuais na transformação consciente do fio em tecido.

Por outras palavras, o trabalho é o acto de aplicação consciente da força de trabalho e, como tal, só pode ser uma realidade no processo de produção. Não pode ir, como se costuma dizer, ao mercado.

Quando se diz: «aquele indivíduo está a trabalhar» ou se diz «eu quero trabalhar. está-se, precisamente, a ter consciência, da importante distinção entre força de trabalho e trabalho.

14. Esta diferenciação que pode parecer mesquinha tem uma importância fundamental: é a força da trabalho que é mercadoria.

Quer isto dizer que o salário tem de ver com a força de trabalho e não com o trabalho. De que forma? Basta vermos o exemplo anterior: O que faz Pedro tentar vender a força de trabalho? O que obtém quando o consegue? O salário. O salário é o preço da força de trabalho alienada durante um determinado período de tempo (ex. mês).

15. Obtidos estes dados vejamos o que o determina. Como preço de uma mercadoria (apesar da força de trabalho ser uma mercadoria especial está sujeita às leis económicas gerais) o salário está determinado do pelo valor da força de trabalho.

O valor da força de trabalho depende das condições da sua criação e da quantidade de trabalho socialmente necessária (medida, por exemplo, em horas de trabalho) à sua reprodução.

Não basta, como pretendem os círculos conservadores, fornecer quotidianamente o mínimo fisiologicamente indispensável. Criar força de trabalho ao longo dos anos implica antes de mais constituir família e reproduzir, implica viver (ou sobreviver) em sociedade com as suas necessidades biológicas, físicas, sociais, psíquicas, implica a criação e melhoria das suas próprias capacidades (por exemplo, ser tecelão exige aptidões criadas numa experiência mais longa e qualitativamente diferente, do que ser varredor do lixo). Toda a quantidade de trabalho socialmente necessária à produção e reprodução de todos estes aspectos. constitui a quantidade de valor da força de trabalho.

16. Poderemos sintetizar os últimos pontos da seguinte forma:

- a) A força de trabalho é uma mercadoria.
- b) A aplicação do seu valor de uso é o trabalho.

c) O salário é o preço da força de trabalho, determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário à produção e reprodução da força de trabalho.

17. Assim sendo o salário depende do valor das mercadorias e da sua expressão monetária (ex. do preço da alimentação, vestuário, habitação...) e de actividades assimiláveis àquelas. Os salários são determinados pelos preços (das mercadorias e actividades necessárias à reprodução da força de trabalho). Contudo não se processa um ajustamento espontâneo porque os capitalistas, que em capitalismo são a força dominante económica e politicamente, lutam contra a subida de salários de acordo com o aumento dos preços.

18. Pode-se mesmo dizer que esse luta dos capitalistas, particularmente se não houver luta dos trabalhadores, permite-lhes pagar um salário inferior ao valor da força de trabalho.

A existência de doenças profissionais, de mortalidade infantil entre as classes trabalhadoras, a falta de assistência ao parto, etc. mostram que não estão criadas as condições da produção e reprodução da força de trabalho. Por outras palavras, o salário não corresponde ao necessário para essa reprodução, fica alguém do valor

19. Como vimos, o salário também não é determinado pela produtividade. Os capitalistas é que desejam determiná-los dessa forma.

20. Podemos concluir, nesta apreciação genérica, os seguintes aspectos fundamentais:

- Os preços não são determinados pelos salários.
- Os salários são determinados pelos preços.
- Contra o funcionamento destas leis objectivas do processo económico lutam os capitalistas, utilizando para tal o seu poder económico e político.
- O funcionamento das referidas leis exige a acção dos trabalhadores, a sua luta contra o capital.

Um aumento de salários tem como consequência, não um aumento de preços, mas uma diminuição da mais-valia (excedente do valor das mercadorias

produzidas em relação aos salários, e ao trabalho morto).

ALGUNS ASPECTOS MAIS ESPECÍFICOS

21. Tudo o afirmado até este momento tem total aplicação para o conjunto da economia durante um período de tempo de alguns anos.

Apesar do seu carácter genérico, as conclusões que permite são extremamente importantes: é nesse quadro que tem de ser combatida a tese da inflação pelo aumento de salários porque aquela é um fenómeno que afecta o conjunto da economia ao longo de vários anos.

22. Contudo o estudo dos preços em regime capitalista exige algumas explicações complementares.

A produção de mercadorias faz-se em grande escala. A reprodução do sistema capitalista exige a produção e reprodução de mercadorias. Cada vez menos se pode considerar no processo económico uma mercadoria isoladamente: são parte da massa global de mercadorias produzidas na sociedade. Existe uma acesa concorrência entre produtores de ramos diferentes, a juntar à concorrência dentro do mesmo ramo.

A concorrência entre os capitalistas do mesmo ramo permite a distribuição de mais-valia entre os que produzem com maior ou menor tempo que o socialmente necessário: os pior equipados (deixando de lado as razões subjectivas complementares) fornecem mais-valia aos melhor equipados.

A concorrência entre capitalistas de ramos diferentes – luta produzida ao longo dos anos e dos ciclos, enfrentando múltiplos obstáculos e desvios – leva a que os que tenham maior composição orgânica (relação entre o valor das matérias-primas, subsidiárias, máquinas e equipamentos, por um lado, e o montante de salários pagos, por outro) recebem mais-valia dos de menor, tendendo os capitalistas de cada ramo de actividade a receber um lucro médio.

Esta distribuição de mais-valia que conduz em cada ramo ao lucro médio faz com que o valor se manifeste sob a forma de preço de produção e os preços sejam a expressão monetária dos preços de produção.

23. Para as mercadorias de cada ramo de produção temos um preço de produção que corresponde à soma dos seguintes componentes:

Capital Constante (C): preços de produção de máquinas, equipamentos, matérias-primas e produtos auxiliares.

Capital variável (V): Montante de salários pagos.

Lucro médio (Lm).

Sendo assim é fácil verificar que uma variação dos salários num ramo pode provocar variações nos preços de produção do mesmo ramo e noutros ramos.

Contudo as variações resultantes, por exemplo, de um aumento de salários de um ramo obedece aos seguintes aspectos:

- Aumentam os preços de produção do mesmo ramo mas em menor proporções: V aumenta mas Lm diminui.

- As variações que provoca nos outros ramos tanto pode ser de aumento como de diminuição: C e V podem aumentar ou diminuir conforme os ramos e Lm acompanha o movimento global.

- A soma dos preços de produção de todos os ramos não sofre qualquer alteração continuando a ser igual ao valor da massa global da mercadorias (o que diminui é a mais-valia e o total de lucro médio).

24. Destes novos factos pode-se concluir que a estrutura da salários influencia a estrutura de preços de produção, mas, simultaneamente, não pode provocar qualquer variação no valor global das mercadorias, não pode provocar qualquer aumento geral dos preços.

25. Como se tinha concluído para a apreciação geral, o inverso não é verdadeiro. Os preços de produção e a sua estrutura (influindo nos consumos dos trabalhadores) não só influenciam como determinam os salários.

26. Poder-se-ia argumentar: «mas a experiência mostra que quando há um aumento de salários os patrões das empresas respectivas procuram aumentar os preços».

Embora haja algum fundo de verdade, temos de observar o seguinte:

- a) Os capitalistas tentam isso mas não quer dizer que o consigam.
 - b) São fenómenos isolados de que não se podem tirar conclusões globais.
 - c) Se nuns casos conseguem aumentar os preços noutros ter-se-á que processar o inverso:
 - a médio prazo porque a lei do valor impõe-se como reguladora da economia.
 - de imediato porque a procura, estando determinada (embora com autonomia) pela produção e distribuição de riqueza que esta origina, mantém-se no global estável.
- Cuidado com as generalizações!

PAUPERIZAÇÃO RELATIVA DO PROLETARIADO

27. Como vimos, da conjugação dos preços e salários, excluindo o capital constante, resultam os rendimentos dos trabalhadores e dos capitalistas. Como vimos, são antagónicos. Não evoluem no mesmo sentido mas em sentido inverso. É, como a partilha de um bolo entre dois grupos de indivíduos: quanto mais comem uns menos comem os outros. Por definição, os capitalistas procuram aumentar ao máximo a mais-valia e para isso recorrem a diversos processos:

- aumento da duração de trabalho.
- aumento de intensidade de trabalho.
- aumento da produtividade de trabalho.

O aumento crescente da taxa de mais-valia leva a que o peso dos rendimentos dos trabalhadores no conjunto do rendimento nacional seja cada vez menor (enquanto a dos capitalistas aumenta); particularmente dos operários.

Esta [é] uma realidade comum a todo o mundo capitalista.

28. Como a única forma de combater esta tendência de degradação do nível de vida dos trabalhadores é a sua luta, natural é que, em regime fascista, a pauperização relativa, e não só, seja particularmente intensa.

Em Portugal em 1961 o rendimento dos trabalhadores produtivos representava uma mísera parcela do rendimento nacional: 29%. Esta situação agravou-se em cerca de 8% nos sete anos seguintes. Resultado dos próprios processos de acumulação capitalista estimulados pelo fascismo em benefício dos grupos monopolistas, consequência da guerra

colonial, da inflação e simultaneamente, das debilidades de organização de massa dos trabalhadores assalariados.

É certo que os anos seguintes são marcados por grandes lutas operárias (recorde-se as de 1968/69 no cinturão industrial de Lisboa). Tal permitiu melhorar o nível de vida mas, mesmo assim, em 1970/71, a percentagem dos rendimentos dos trabalhadores ainda situava-se cerca de 3% abaixo do fraco nível de 1961 (período favorável a expansão capitalista).

A Revolução Portuguesa tem permitido novas condições de luta dos trabalhadores. As lutas reivindicativas dos trabalhadores, a expansão da contratação colectiva, o desenvolvimento organizativo das massas operárias, por um lado, e diversas medidas tomadas pelos primeiros governos provisórios, permitiram temporariamente combater a pauperização relativa.

Contudo, apesar dessas lutas, ainda continua reduzida a participação dos trabalhadores no Rendimento Nacional, mesmo em comparação com outros países onde os trabalhadores são explorados. Tomando todos os trabalhadores (e não apenas os produtivos como nos dados anteriores) verificamos que entre 1971 e 1975 a percentagem do Rendimento Nacional que coube aos trabalhadores apenas aumentou em 6% (depois de ter diminuído 3% durante o fascismo), situando-se actualmente em 56,9%. Este valor de 1975 é inferior em 10,6%, 5,2% e 3,3% ao que se verificava dois anos antes respectivamente nos Estados Unidos da América, Holanda e Alemanha.

29. Os dados sobre a pauperização relativa em sistema capitalista e a própria experiência portuguesa permitem tirar as seguintes conclusões:

- Em capitalismo verifica-se, como situação normal, um agravamento das desigualdades económicas, uma agudização das contradições de classe.

- Para temporariamente atenuar este agravamento é fundamental a luta económica dos trabalhadores, mas essas conquistas só são profundas e duradouras quando se acaba com a própria exploração, o que exige a luta política.

30. Se uma parte da pauperização relativa é conseguida pelos capitalistas por economia do

capital constante, não é esse o fenómeno essencial num capitalismo que vá diminuir a taxa de lucro (o que não quer dizer o lucro) e em que o desperdício assume proporções catastróficas.

A pauperização relativa resulta fundamentalmente das três causas atrás apontadas. Todas elas significam um aumento de preços sem contrapartida num aumento de salários.

Por outras palavras, em capitalismo verifica-se um aumento global de preços do total das mercadorias superior ao aumento global de salários. A inflação e o desemprego agravam muito mais esta realidade.

ALGUNS DADOS SOBRE SALÁRIOS E PREÇOS NOS PAÍSES SOCIALISTAS

31. Diferente é o que se passa em socialismo.

Antes de analisarmos alguns breves dados sobre a evolução dos preços e salários em alguns países socialistas, tomados como exemplo, convém ter presente que aí são realidades diferentes:

- Enquanto em capitalismo os preços são fixados após a produção e são o resultado da luta dos diversos proprietários dos meios da produção na maximização individual da mais-valia que toma a forma de lucro, em socialismo é uma realidade totalmente diferente: os preços são, essencialmente, unidades de medida e instrumentos utilizados ou condicionados *a priori*, consciente e racionalmente pelo plano, para distribuir-se bens, serviços e rendimentos de forma a permitir, a curto ou a longo prazo, uma melhoria de situação das classes trabalhadoras. Além disso

a) A extensão do conceito de preço é menor que em capitalismo: é grande o número de bens e serviços que não têm preço – são gratuitos – e que englobam o essencial para o desenvolvimento humano (ex. educação e saúde) e outros têm um preço que quase se pode qualificar de simbólico (ex. alimentação nas cantinas das fábricas, transportes urbanos).

b) Pode-se considerar diversos tipos de preços

- fixados oficialmente
- sujeitos a um limite máximo
- oscilando entre limites indicados pelo Estado
- inteiramente livres.

Os últimos têm uma importância bastante reduzida, quantitativa e qualitativamente, no conjunto dos preços.

c) As mudanças de preços que se verificam não são inseridas numa variação global homogénea: enquanto uns preços podem eventualmente aumentar, outros diminuem.

- Contrariamente ao que acontece em capitalismo a força de trabalho não é uma mercadoria, em socialismo, pois, os próprios trabalhadores são os proprietários colectivos dos meios da produção, quer directamente quer pelo Estado socialista. O desemprego foi aniquilado.

Os salários individuais, que assumam a forma monetária, dependem essencialmente da quantidade e qualidade de trabalho despendida. São estabelecidos pelo plano, atendendo à qualidade de vida dos trabalhadores e aos interesses globais do desenvolvimento económico.

Além disso

a) A extensão é maior que em capitalismo, porque as classes trabalhadoras são as únicas existentes.

b) Além dos salários individuais existem os fundos sociais e culturais que se destinam a serviços gratuitos ou de reduzidos preços prestados aos trabalhadores (ex. ensino e saúde) e a subsídios (ex. de incapacidade temporária).

32. A produtividade cresce incessantemente. São conhecidas de todos as conquistas científicas e técnicas dos países socialistas.

O aumento da produtividade, contrariamente ao que acontece em capitalismo, tem um efeito contraditório sobre os preços e salários: faz baixar aqueles e aumentar estes.

Tomemos, por exemplo, a URSS: Entre 1920 e 1950 os preços aumentaram 39% – recorde-se os boicotes a esse país e os actos belicistas que o atingiram – mas entre 1950 e 1972 baixaram 25%; entretanto só desde 1940 a 1972 o salário médio aumentou cerca de 400%.

Tomemos, por exemplo, o ano de 1972: na Checoslováquia os preços diminuíram 0,4%; na Roménia baixaram 0,1%; Não variaram na Polónia, República Democrática Alemã e Bulgária.

Se é certo que se tem verificado desde 1968 aumento de preços na Hungria (de apenas cerca de 2% ao ano) isso não corresponde à generalidade dos produtos, resulta de uma alteração planificada do sistema de preços. Por outro lado, durante o mesmo período foram ampliados os fundos sociais e culturais. Os aumentos salariais, em sentido lato,

processaram-se a um ritmo mais elevado que o dos preços: a uma média anual de 4 a 7,4%.

CONCLUSÃO

33. Ao longo de todo este relato procurou-se fazer uma análise científica, baseada em factos que não podem ser desmentidos com honestidade.

A conclusão que resulta de todos os pontos é a mesma:

Os trabalhadores têm de tomar nas suas mãos os seus próprios destinos.

SALÁRIOS E PREÇOS —

INTRODUÇÃO

1. Durante longos séculos da humanidade pensava-se que a Terra era o centro do Universo, que o Sol girava à sua volta, enquanto esta se mantinha inamovível.

Apesar de alguns filósofos da antiguidade clássica já tenderem a revelar a falsidade de tal teoria ela constituía lei, consagrada, quando oportuno, pelo terror da «Santa Inquisição», pelo sangue daqueles que procuravam combater os ditames de tais «factos».

Hoje as crianças aprendem logo nas primeiras letras que é a Terra que gira à volta do Sol. Ninguém tem dúvidas de tal facto.

Porquê tinha tanta aceitação uma teoria que hoje todos reconhecem errada? Porque ela correspondia à observação imediata dos factos, exprimia o que aparentava ser a realidade. Correspondia à fase da compreensão espontânea dos fenómenos.

Porque esse erro científico foi defendido tão ditatorialmente, proibindo-se os livros de quem dizia a verdade, ameaçando-se com a morte na fogueira os autores das investigações científicas? Porque a realidade punha em causa o prestígio de uma instituição dominante, minava o poder das classes dominantes.

Ora é exactamente isto que se passa actualmente, talvez com menos clareza, em torno do debate sobre a influência recíproca de salários e preços.

Há longos anos que ouvimos dizer que o aumento dos preços, a inflação — o que não é a mesma coisa — são consequência dos aumentos salariais, do espírito reivindicativo dos trabalhadores. Estas afirmações continuam a ser

feitas e continuarão a sê-lo enquanto houver capitalismo.

Contudo essa afirmação corresponde ao que parece ser e não ao que é de facto. Essas «teorias» não interpretam a realidade, mistificam-na. Mistificam-na ao serviço das classes dominantes que dessa forma encobrem a exploração, a origem dos seus lucros, encontram justificação para as medidas repressivas contra as classes trabalhadoras. Por isso a difusão proliferante nos meios de informação burgueses.

Essa teoria é falsa!

É necessário repor a verdade dos factos!

2. Procuraremos nestas breves notas analisar de forma genérica as relações entre preços e salários, aflorando a dinâmica de cada uma das componentes,

Tentaremos ver este problema de uma forma científica, isto é, de acordo com o que é e não com o que parece ser.

3. Antes, contudo, de entrarmos propriamente na análise, gostaríamos de mostrar as incongruências internas da própria teoria do «ciclo infernal de salários e preços». Essa teoria reaccionária e mistificadora pode sintetizar-se da seguinte forma:

a) As variações de preços são decididas pelos empresários

b) Quando os salários aumentam acontece o mesmo com os custos de produção (que já inclui o chamado «lucro normal») e, consequentemente, com os preços

c) O aumento de preços leva os trabalhadores a reivindicarem aumento de salários

d) Volta a b)

Temos pois um ciclo «infernal» que segundo os seus teóricos se expressa da seguinte forma: «aumento salários» — «aumento de preços» — «aumento de salários» — ...

Posto desta forma os responsáveis são os trabalhadores.

Mas que dizer se apresentarmos o mesmo «ciclo infernal» da seguinte

forma: «aumento de preços» — «aumento de salários» — «aumento de preços» — ...?

Neste caso o motor do ciclo passa a ser o aumento de preços e a responsabilidade da inflação passaria a ser dos empresários.

Quer dizer, perante o chamado ciclo infernal, atribuir a responsabilidade a algum dos intervenientes é o mesmo que responder à pergunta: o que apareceu primeiro, o ovo ou a galinha?

Mas nem tudo é negativo. Desta pseudo teoria ressalta um aspecto que ela própria não gostaria de revelar: há uma contradição fundamental de interesses entre capitalistas — procurando o lucro máximo possível — e os trabalhadores assalariados — procurando um nível de vida digno.

4. Analisar esta teoria mais em pormenor levar-nos-ia muito longe. Exigiria combater em detalhe todo o pensamento económico neoclássico que, embora arrastando-se até aos dias de hoje, encontra-se numa fase pré-científica.

Preferimos expor desde logo uma análise correcta.

Mas não podemos deixar de referir que a visão mecanicista de «aumento de salários» — «aumento de preços» — ... — «inflação», nem nessas teorias burguesas encontram uma justificação séria. Se um tal ciclo, para essas teorias neoclássicas, seria justificável para um período curto em que não é possível alterar a chamada combinação dos factores produtivos, já não o seria para o período longo em que o empresário pode alterar o «capital fixo». A inflação, sendo um fenómeno que se prolonga evolutivamente ao longo de vários anos não pode ser justificada com análises que têm validade apenas para pequenos períodos.

A teoria do «ciclo infernal» não passa de uma fórmula de propaganda, de engano dos trabalhadores.

Quem é responsável pelo aumento de preços?

CARLOS PIMENTA

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS PREÇOS

5. Começemos por algumas considerações gerais para posteriormente vermos alguns pormenores. Para tal tomemos um exemplo: Pedro, que era tecelão, ficou desempregado. Ao fim de algum tempo conseguiu novamente encontrar uma fábrica onde começou a trabalhar na sua especialidade. Nessa nova fábrica trabalhava durante oito horas e produzia 100 metros de tecido que é depois vendido a 50\$/metro. O seu salário é 180\$ diários.

O exemplo anterior, a experiência quotidiana, mostra que o *preço surge* quando uma mercadoria é vendida, quando entra, como se costuma dizer, no mercado. Essa ligação ao mercado é tão perceptível que parece que os preços são fixados no mercado, o que tem alguma verdade, e que aí encontra todas as determinantes fundamentais.

Mas será mesmo assim?

Comece-se por reparar que uma mercadoria para ser vendida tem de ser previamente produzida. Por outras palavras, a produção é prioritária em relação à distribuição. Esta está condicionada por aquela.

Este fenómeno não se dá apenas para um produto isolado, como no exemplo. É uma realidade histórica: ainda os homens não comerciavam ou não o faziam sistematicamente e já produziam.

A produção determina a distribuição.

Desta prioridade lógica e histórica da produção em relação à distribuição leva a uma conclusão de uma grande importância: *os preços, podendo ser influenciados por factores da distribuição, são determinados pelos de produção.* É aqui que se tem de encontrar a explicação dos preços.

6. Mas, afinal, o que é o preço?

Para já, pode-se dizer que é a quan-

tidade de dinheiro por que se troca uma mercadoria. Se o preço do tecido é 50\$/metro, isso significa que no processo de circulação um metro de tecido é trocado por uma quantidade de dinheiro que se designa por 50\$00.

Mas o dinheiro nesta função de meio de circulação é um mero intermediário de mercadorias.

Voltemos ao caso anterior. Supunhamos que o industrial vendia 100 metros a 50\$. Obtinha em dinheiro 5000\$. Com este dinheiro ele iria comprar outras mercadorias, fio de algodão, por exemplo, se o empregar na produção, ou um rádio, se o utilizar no consumo. Temos então o seguinte ciclo:

100 m tecido — 5000\$00 — 1 rádio.

O dinheiro aparece como mero intermediário entre bens *produzidos*, processa-se relação entre

100 m tecido — 1 rádio

isto é, entre duas mercadorias.

A base do preço igual de 100 m tecido e do rádio é a capacidade de se trocarem entre si e, para isto acontecer é necessário que tenham algo de comum, que sejam iguais a uma terceira grandeza.

Este aspecto *comum* não pode ser certamente encontrado nas suas qualidades físicas e nas necessidades que satisfazem aos seus possuidores, isto é, nos *valores de uso* de cada uma das mercadorias, porque, de facto, são totalmente diferentes.

O seu aspecto comum, aquilo que os torna susceptíveis de troca é *ambos serem produtos do trabalho humano.*

7. Há, eventualmente, quem argumente, que isto não é bem assim, que na produção entram outros «factores» sem serem o trabalho, tais como a natureza (por exemplo, nas indústrias extractivas), as matérias-primas e as máquinas.

Contudo isso situa-se ainda no reino das aparências:

- as matérias-primas são o resultado de uma determinada quantidade de trabalho humano
- as máquinas também
- a natureza só passa a ter interesse económico e preço quando o homem intervém.

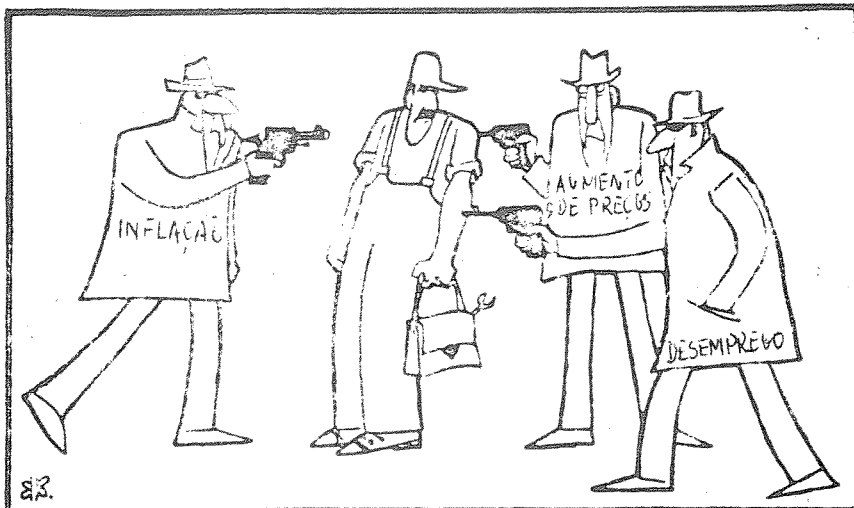
Quando se fala em quantidade de trabalho, tanto se inclui o *trabalho vivo* do operário como o *trabalho morto*, isto é, a quantidade de trabalho cristalizado nas matérias-primas utilizadas e na parte de desgaste das máquinas e equipamentos.

8. Voltemos ao facto de uma mercadoria ser produto do trabalho humano. Isso faz com que essa mercadoria além de ser valor de uso seja *valor*, quantificável em *quantidade de trabalho* que, num determinado desenvolvimento social, é medido segundo o socialmente normal: no exemplo anterior, o valor do tecido produzido não depende da quantidade de trabalho (medida, por exemplo, em horas) do Pedro — que pode ser mais apto que a generalidade, trabalhar com máquinas mais antigas, etc. — mas a média de tempo necessário para produzir a mesma quantidade de tecido a todos os trabalhadores que laboram nas secções de tecelagem (*trabalhadpr colectivo*) do país (ou países).

O valor é quantificável pela quantidade de trabalho *socialmente necessário à sua produção.*

9. Poderíamos sintetizar o afirmado nos últimos pontos da seguinte forma:

- a) Uma mercadoria é
 - valor de uso: conjunto de características físico-químicas que permitem a satisfação de determinadas necessidades
 - valor: cristalização do trabalho humano.



b) A quantidade de valor é a quantidade de trabalho socialmente necessária à sua produção.

c) O preço é a quantidade de valor expressa em dinheiro.

10. Do exposto resulta imediatamente a seguinte conclusão: os preços dependem do valor (essencial) e do dinheiro.

Por sua vez o valor depende da quantidade de trabalho (número de horas) o que não tem nada a ver com os salários.

O que interessa para o valor do tecido, por exemplo, é que os tecelões e restantes trabalhadores que os coadjuvam necessitam 8h, 9h, 10h... 20h para produzirem uma determinada quantidade de tecido, não interessando o salário.

11. Numa apreciação global temos, pois, que os preços não são determinados pelos salários, pelo que, para o conjunto da economia, não se pode justificar, de forma nenhuma, um aumento daqueles por um aumento de salários.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS SALÁRIOS

12. Continuemos a servir-nos do exemplo anterior. Quando Pedro anda à procura de emprego, que faz do ponto de vista económico? Anda a tentar vender as suas capacidades físicas e mentais, as suas aptidões que, quando utilizadas, permitem a produção de tecido. Cada capitalista é um comprador potencial.

Estamos pois perante uma venda e compra de uma mercadoria. A capacidade de trabalho (*força de trabalho*) é uma mercadoria.

13. Poderia parecer que Pedro vendia o trabalho, mas não corresponde à realidade. O trabalho só surge posteriormente, quando já está empregado, quando aplica

as suas capacidades físicas e intelectuais na transformação consciente do fio em tecido.

Por outras palavras, o *trabalho* é o acto de aplicação consciente da força de trabalho e, como tal, só pode ser uma realidade no processo de produção. Não pode ir, como se costuma dizer, ao mercado.

Quando se diz: «aquele indivíduo está a trabalhar» ou se diz «eu quero trabalhar», está-se, precisamente, a ter consciência, da importante distinção entre força de trabalho e trabalho.

14. Esta diferenciação que pode parecer mesquinha tem uma importância fundamental: é a *força de trabalho que é mercadoria*.

Quer isto dizer que o salário tem de ver com a força de trabalho e não com o trabalho. De que forma?

Basta vermos o exemplo anterior: O que faz Pedro tentar vender a força de trabalho? O que obtém quando o consegue? O salário. O salário é o *preço da força de trabalho* alienada durante um determinado período de tempo (ex. mês).

15. Obtidos estes dados vejamos o que o determina.

Como preço de uma mercadoria (apesar da força de trabalho ser uma mercadoria especial está sujeita às leis económicas gerais) o salário está determinado pelo valor da força de trabalho.

O *valor da força de trabalho* depende das condições da sua criação e da quantidade de trabalho socialmente necessária (medida, por exemplo, em horas de trabalho) à sua reprodução.

Não basta, como pretendem os círculos conservadores, fornecer quotidianamente o mínimo fisiologicamente indispensável. Criar força de trabalho ao longo dos anos implica antes de mais constituir família

e reproduzir, implica viver (ou sobreviver) em sociedade com as suas necessidades biológicas, físicas, sociais, psíquicas, implica a criação e melhoria das suas próprias capacidades (por exemplo, ser tecelão exige aptidões criadas numa experiência mais longa e qualitativamente diferente, do que ser varredor do lixo). Toda a quantidade de trabalho socialmente necessária à produção e reprodução de todos estes aspectos constitui a quantidade de valor da força de trabalho.

16. Poderemos sintetizar os últimos pontos da seguinte forma:

- a) A força de trabalho é uma mercadoria.
- b) A aplicação do seu valor de uso é o trabalho.
- c) O salário é o preço da força de trabalho, determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário à produção e reprodução da força de trabalho.

17. Assim sendo o salário depende do valor das mercadorias e da sua expressão monetária (ex. do preço da alimentação, vestuário, habitação...) e de actividades assimiláveis àquelas. Os *salários são determinados pelos preços* (das mercadorias e actividades necessárias à reprodução da força de trabalho). Contudo não se processa um ajustamento espontâneo porque os capitalistas, que em capitalismo são a força dominante económica e politicamente, lutam contra a subida de salários de acordo com o aumento dos preços.

18. Pode-se mesmo dizer que essa luta dos capitalistas, particularmente se não houver luta dos trabalhadores, permite-lhes pagar um salário inferior ao valor da força de trabalho.

A existência de doenças profissionais, de mortalidade infantil entre as classes trabalhadoras, a falta de assistência ao parto, etc. mostram que não estão criadas as condições da produção e reprodução da força de trabalho. Por outras palavras, o salário não corresponde ao necessário *para essa reprodução, fica aquém do valor*.

19. Como vimos, o salário também não é determinado pela produtividade. Os capitalistas é que desejam determiná-los dessa forma.

20. Podemos concluir, nesta apreciação genérica, os seguintes aspectos fundamentais:

- Os preços não são determinados pelos salários.
- Os salários são determinados pelos preços.
- Contra o funcionamento destas leis objectivas do processo económico lutam os capitalistas, utilizando para tal o seu poder económico e político.

— O funcionamento das referidas leis exige a acção dos trabalhadores, a sua luta contra o capital.

Um aumento de salários tem como consequência, não um aumento de preços, mas uma diminuição da mais-valia (excedente do valor das mercadorias produzidas em relação aos salários, e ao trabalho morto).

ALGUNS ASPECTOS MAIS ESPECÍFICOS

21. Tudo o afirmado até este momento tem total aplicação para o conjunto da economia durante um período de tempo de alguns anos.

Apesar do seu carácter genérico, as conclusões que permite são extremamente importantes: é nesse quadro que tem de ser combatida a tese da inflação pelo aumento de salários porque aquela é um fenómeno que afecta o conjunto da economia ao longo de vários anos.

22. Contudo o estudo dos preços em regime capitalista exige algumas explicações complementares.

A produção de mercadorias faz-se em grande escala. A reprodução do sistema capitalista exige a produção e reprodução de mercadorias. Cada vez menos se pode considerar no processo económico uma mercadoria isoladamente: são parte da massa global de mercadorias produzidas na sociedade. Existe uma acesa concorrência entre produtores de ramos diferentes, a juntar à concorrência dentro do mesmo ramo.

A concorrência entre os capitalistas do mesmo ramo permite a distribuição de mais-valia entre os que produzem com maior ou menor tempo que o socialmente necessário: os pior equipados (deixando de lado as razões subjectivas complementares) fornecem mais-valia aos melhor equipados.

A concorrência entre capitalistas de ramos diferentes — luta produzida ao longo dos anos e dos ciclos, enfrentando múltiplos obstáculos e desvios — leva a que os que tenham maior composição orgânica (relação entre o valor das matérias-primas, subsidiárias, máquinas e equipamentos, por um lado, e o montante de salários pagos, por outro) recebem mais-valia dos de menor, tendendo os capitalistas de cada ramo de actividade a receber um lucro médio.

Esta distribuição de mais-valia que conduz em cada ramo ao lucro médio faz com que o valor se manifeste sob a forma de preço de produção e os preços sejam a expressão monetária dos preços de produção.

23. Para as mercadorias de cada ramo de produção temos um preço de produção

que corresponde à soma dos seguintes componentes:

Capital Constante (C): preços de produção de máquinas, equipamentos, matérias-primas e produtos auxiliares.

Capital variável (V): Montante de salários pagos.

Lucro médio (Lm).

Sendo assim é fácil verificar que uma variação dos salários num ramo pode provocar variações nos preços de produção do mesmo ramo e noutros ramos.

Contudo as variações resultantes, por exemplo, de um aumento de salários de um ramo obedece aos seguintes aspectos:

- Aumentam os preços de produção do mesmo ramo mas em menor proporções: V aumenta mas Lm diminui.
- As variações que provoca nos outros ramos tanto pode ser de aumento como de diminuição: C e V podem aumentar ou diminuir conforme os ramos e Lm acompanha o movimento global.
- A soma dos preços de produção de todos os ramos não sofre qualquer alteração continuando a ser igual ao valor da massa global de mercadorias (o que diminui é a mais-valia e o total de lucro médio).

24. Destes novos factos pode-se concluir que a estrutura de salários influencia a estrutura de preços de produção, mas, simultaneamente, não pode provocar qualquer variação no valor global das mercadorias, não pode provocar qualquer aumento geral de preços.

25. Como se tinha concluído para a apreciação geral, o inverso não é verdadeiro. Os preços de produção e a sua estrutura (influindo nos consumos dos trabalhadores) não só influenciam como determinam os salários.

26. Poder-se-ia argumentar: «mas a experiência mostra que quando há um aumento de salários os patrões das empresas respectivas procuram aumentar os preços».

Embora haja algum fundo de verdade, temos de observar o seguinte:

- a) Os capitalistas tentam isso mas não quer dizer que o consigam.
- b) São fenómenos isolados de que não se podem tirar conclusões globais.
- c) Se nuns casos conseguem aumentar os preços noutros ter-se-á que processar o inverso:

— a médio prazo porque a lei do valor impõe-se como reguladora da economia.

— de imediato porque a procura, estando determinada (embora com autonomia) pela produção e distribuição da riqueza que esta origina, mantém-se no global estável.

Cuidado com as generalizações!

PAUPERIZAÇÃO RELATIVA DO PROLETARIADO

27. Como vimos, da conjugação dos preços e salários, excluindo o capital constante, resultam os rendimentos dos trabalhadores e dos capitalistas. Como vimos, são antagónicos. Não evoluem no mesmo sentido mas em sentido inverso. É como a partilha de um bolo entre dois grupos de indivíduos: quanto mais comem uns menos comem os outros.

Por definição, os capitalistas procuram aumentar ao máximo a mais-valia e para isso recorrem a diversos processos:

- aumento da duração de trabalho.
- aumento da intensidade de trabalho.
- aumento da produtividade de trabalho.

O aumento crescente da taxa de mais-valia leva a que o peso dos rendimentos dos trabalhadores no conjunto do rendimento nacional seja cada vez menor (enquanto a dos capitalistas aumenta), particularmente dos operários.

Esta é uma realidade comum a todo o mundo capitalista.

28. Como a única forma de combater esta tendência de degradação do nível de vida dos trabalhadores é a sua luta, natural é que, em regime fascista, a pauperização relativa, e não só, seja particularmente intensa.

Em Portugal em 1961 o rendimento dos trabalhadores produtivos representava uma mísera parcela do rendimento nacional: 29%. Esta situação agravou-se em cerca de 8% nos sete anos seguintes. Resultado dos próprios processos de acumulação capitalista estimulados pelo fascismo em benefício dos grupos monopolistas, consequência da guerra colonial, da inflação e simultaneamente, das debilidades de organização de massas dos trabalhadores assalariados.

É certo que os anos seguintes são marcados por grandes lutas operárias (recorde-se as de 1968/69 no cinturão industrial de Lisboa). Tal permitiu melhorar o nível de vida mas, mesmo assim, em 1970/71, a percentagem dos rendimentos dos trabalhadores ainda situava-se cerca de 3% abaixo do fraco nível de 1961 (período favorável à expansão capitalista).

A Revolução Portuguesa tem permitido novas condições de luta dos trabalhadores. As lutas reivindicativas dos trabalhadores, a expansão da contratação colectiva, o desenvolvimento organizativo das massas operárias, por um lado, e diversas medidas tomadas pelos primeiros governos provisórios, permitiram temporariamente combater a pauperização relativa.

Contudo, apesar dessas lutas, ainda continua reduzida a participação dos trabalhadores no Rendimento Nacional, mesmo

em comparação com outros países onde os trabalhadores são explorados.

Tomando todos os trabalhadores (e não apenas os produtivos como nos dados anteriores) verificamos que entre 1971 e 1975 a percentagem do Rendimento Nacional que coube aos trabalhadores apenas aumentou em 6% (depois de ter diminuído 3% durante o fascismo), situando-se actualmente em 56,9%. Este valor de 1975 é inferior em 10,6% — 5,2% e 3,3% ao que se verificava dois anos antes respectivamente nos Estados Unidos da América, Holanda e Alemanha.

29. Os dados sobre a pauperização relativa em sistema capitalista e a própria experiência portuguesa permitem tirar as seguintes conclusões:

- *Em capitalismo verifica-se, como situação normal, um agravamento das desigualdades económicas, uma agudização das contradições de classe.*
- *Para temporariamente atenuar este agravamento é fundamental a luta económica dos trabalhadores, mas essas conquistas só são profundas e duradoras quando se acaba com a própria exploração, o que exige a luta política.*

30. Se uma parte da pauperização relativa é conseguida pelos capitalistas por economia do capital constante, não é esse o fenómeno essencial num capitalismo que vê diminuir a taxa de lucro (o que não quer dizer o lucro) e em que o desperdício assume proporções catastróficas.

A pauperização relativa resulta fundamentalmente das três causas atrás apontadas. Todas elas significam um aumento de preços sem contrapartida num aumento de salários.

Por outras palavras, em capitalismo verifica-se um aumento global de preços do total das mercadorias superior ao aumento global de salários. A inflação e o desemprego agravam muito mais esta realidade.

ALGUNS DADOS SOBRE SALÁRIOS E PREÇOS NOS PAÍSES SOCIALISTAS

31. Diferente é o que se passa em socialismo.

Antes de analisarmos alguns breves dados sobre a evolução dos preços e salários em alguns países socialistas, tomados como exemplo, convém ter presente que aí são realidades diferentes:

— Enquanto em capitalismo os preços são fixados após a produção e são o resultado da luta dos diversos proprietários dos meios de produção na maximização individual da mais-valia que toma a forma de lucro, em socialismo é uma realidade totalmente diferente: *os preços são, essencialmente, unidades de medida e instrumentos utilizados ou condicionados a priori,*

consciente e racionalmente pelo plano, para distribuir-se bens, serviços e rendimentos de forma a permitir, a curto ou a longo prazo, uma melhoria de situação das classes trabalhadoras.

Além disso

a) A *extensão do conceito de preço* é menor que em capitalismo: é grande o número de bens e serviços que não têm preço — são gratuitos — e que englobam o essencial para o desenvolvimento humano (ex. educação e saúde) e outros têm um preço que quase se pode qualificar de simbólico (ex. alimentação nas cantinas das fábricas, transportes urbanos).

b) Pode-se considerar diversos tipos de preços

- fixados oficialmente
- sujeitos a um limite máximo
- oscilando entre limites indicados pelo Estado
- inteiramente livres.

Os últimos têm uma importância bastante reduzida, quantitativa e qualitativamente, no conjunto dos preços.

c) As mudanças de preços que se verificam não são inseridas numa variação global homogênea: enquanto uns preços podem eventualmente aumentar, outros diminuem.

— Contrariamente ao que acontece em capitalismo *a força de trabalho não é uma mercadoria*, em socialismo, pois, os próprios trabalhadores são os proprietários colectivos dos meios de produção, quer directamente quer pelo Estado socialista. O desemprego foi aniquilado.

Os salários individuais, que assumem a forma monetária, dependem essencialmente da *quantidade e qualidade de trabalho despendida*. São estabelecidos pelo plano, atendendo à qualidade de vida dos trabalhadores e aos interesses globais do desenvolvimento económico.

Além disso

a) A *extensão* é maior que em capitalismo, porque as *classes trabalhadoras* são as únicas existentes.

b) Além dos salários individuais existem

os *fundos sociais e culturais* que se destinam a serviços gratuitos ou de reduzidos preços prestados aos trabalhadores (ex. ensino e saúde) e a subsídios (ex. de incapacidade temporária).

32. A produtividade cresce incessantemente. São conhecidas de todos as conquistas científicas e técnicas dos países socialistas.

O aumento da produtividade, contrariamente ao que acontece em capitalismo, tem um efeito contraditório sobre os preços e salários: *faz baixar aqueles e aumentar estes.*

Tomemos, por exemplo, a URSS: Entre 1920 e 1950 os preços aumentaram 39% — recorde-se os boicotes a esse país e os actos belicistas que o atingiram — mas entre 1950 e 1972 baixaram 25%; entre tanto só desde 1940 a 1972 o salário médio aumentou cerca de 400%.

Tomemos, por exemplo, o ano de 1972: na Checoslováquia os preços diminuíram 0,4%; na Roménia baixaram 0,1%; Não variaram na Polónia, República Democrática Alemã e Bulgária.

Se é certo que se tem verificado desde 1968 aumento de preços na Hungria (de apenas cerca de 2% ao ano) isso não corresponde à generalidade dos produtos, resulta de uma alteração planificada do sistema de preços. Por outro lado, durante o mesmo período foram ampliados os fundos sociais e culturais. Os aumentos salariais, em sentido lato, processaram-se a um ritmo mais elevado que o dos preços: a uma média anual de 4 a 7,4%.

CONCLUSÃO

33. Ao longo de todo este relato procurou-se fazer uma análise *científica*, baseada em *factos* que não podem ser desmentidos com honestidade.

A conclusão que resulta de todos os pontos é a mesma:

Os trabalhadores têm de tomar nas suas mãos os seus próprios destinos.

AOS NOSSOS ASSINANTES

Em finais de Abril a «Seara Nova» enviou a todos os seus assinantes uma circular apelando para a participação dos amigos no aumento do capital social da nossa empresa e para a constituição de contas-correntes para aquisição de livros e renovação de assinatura.

Na impossibilidade de o fazer pessoalmente, «Seara Nova» vem por este meio agradecer a todos os assinantes, e foram muitos, que corresponderam de maneira positiva ao nosso apelo.